##  **DA FORMAÇÃO DIS(DO)CENTE À PROFISSÃO DOCENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS EDUCATIVA RELACIONANDO MEIO AMBIENTE E PANDEMIA**

## **Marcus Vinícius dos Santos SILVA1;**

## **Solange Fernandes Soares COUTINHO2**

1Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte.

E-mail: marcus.santossilva@upe.br

² Professora do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte e Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

E-mail: solange.coutinho@upe.br

**Introdução**

A Educação Ambiental (EA) é uma forte aliada na diminuição paulatina da degradação ambiental, não sendo esta exclusivamente os diferentes tipos de poluição, nem um isolado problema ambiental, mas também outros atos e hábitos deletérios ocasionados pela ação humana em diferentes lugares e intensidades. Nesse contexto, julga-se pertinente circunscrever o papel da formação de professores, e mais especificamente do professor de Geografia, em relação à Educação Ambiental.

A Geografia é uma ciência de síntese e não linear. Vários quadrantes espaciais devem ser interligados na dinâmica do ensinar e aprender. No processo supracitado, aluno e professor podem ser capazes de construírem conjuntamente uma aprendizagem imprescindível ao sucesso formativo de ambos. Afinal, o aluno aprende com o professor e, simultaneamente, o professor aprende com o aluno. Para tanto, quando o jogo do conhecimento é planejado e articulado, pensando na formação do aluno e dos professores, este será caracterizado como um jogo sem ganhadores individuais.

Os impactos ambientais negativos na atualidade estão cada vez mais nítidos com a disseminação do Coronavírus. O Estado e suas federações estão sendo forçados a adotarem medidas de distanciamento social corporal e eventual paralização de diversas atividades econômicas, tais como: aulas presenciais, uso indiscriminado de transporte coletivo, funcionamento habitual de indústrias e empresas diversas. Além disso, o debate na mídia a respeito da degradação dos habitats naturais como potencializador da multiplicação de vírus que possam se desenvolver na espécie humana continua presente e pertinente. E o mais preocupante é que muitos estudantes não sabiam, e ainda muitos não sabem ou ignoram, a rapidez do contágio da população humana por diversos vírus e a relação disso com a destruição dos habitats naturais e o desequilíbrio das relações bióticas de controle de populações dos mais diversos seres vivos.

Ao que tudo parece indicar, a emergência de uma formação voltada para Educação Ambiental, aliada a ações efetivas dos professores no momento pós-pandemia, é crucial para repensar e efetivar práticas docentes. Isso através da leitura de mundo não somente com base nos textos, termos e figuras ilustrativas, mas sim através da realidade vivida, sentida e percebida de forma ampla para além de si mesmo – contextualizada.

Pensando nisso, busca-se neste trabalho sistematizar ações no que concerne à formação inicial e continuada do professor nos tempos de pandemia e pós-pandemia, vislumbrando a função dos mesmos enquanto seres críticos, reflexivos, com capacidade de colocar em prática o que é debatido corriqueiramente, com base científica ou não, e, ao mesmo tempo, como pessoas susceptíveis a doenças, assim como seus alunos, familiares e demais grupos de contato.

Sob o sustentáculo da importância da Educação Ambiental, principalmente nesse momento desafiador e nebuloso da Covid-19, a Geografia tem muito a contribuir como uma disciplina que além de explicar elementos físicos e humanos, busca compreendê-los de maneira dinâmica, interligada e involucrada de fenômenos reais. Afinal, a Ciência Geográfica é o terreno fértil não só para os debates espaciais e do que dele faz parte, mas, indubitavelmente, para contribuir positivamente na tomada de decisões ecologicamente corretas e, assim, sustentáveis.

 **Desenvolvimento**

Para a consubstanciação do tema do trabalho proposto, se tem como objetivos: a) descrever novas possibilidades educativas de EA mediante a formação de professores; b) traçar estratégias não lineares de EA relacionadas ao coronavírus, para serem colocadas em prática na volta às aulas no contexto pós-pandemia da Covid-19; c) apontar mudanças para as dificuldades da Educação Geográfica. Quanto à metodologia adotada, a pesquisa foi desenvolvida através de metodologia qualitativa, realizada a partir de levantamento, coleta e análise interpretativa de dados bibliográficos.

O contexto de pandemia da Covid-19 tem trazido várias reflexões a respeito do que os professores achavam normal. Mas que no hoje, com a situação adversa que se vive, percebe-se que nem sempre o “normal” foi positivo e permitia uma Educação Geográfica significativa e, no geral, uma vida digna. A pandemia visibilizou e ampliou desigualdades sociais. Foi necessário buscar estratégias rápidas que, ao menos, conseguissem manter o vínculo aluno-escola, aluno-professor, aluno-aluno. Todavia, a maior parte dos professores e alunos estavam tecnologicamente despreparados e desprovidos de métodos, equipamentos e acesso à Internet.

É nesse momento pandêmico que se deve pensar e repensar novas práticas docentes. Pensar que enquanto docentes de Geografia os professores têm muito a contribuir na sensibilização dos alunos em relação às questões sociais e ecológicas, tornando-os multiplicadores de boas práticas ambientais. Mais do que nunca chegou o momento de tratar de temáticas ambientais não só na “Semana de Meio Ambiente”, mas no dia a dia, com exemplos da realidade do aluno, para que eles se percebam como corresponsáveis pela qualidade do meio do qual fazem parte. E nesse dito momento, a relação da aparição cada vez maior de vírus diversos e a infestação destes na espécie humana podem estar relacionados à degradação dos habitats naturais, uma vez que vários estudos científicos caminham no sentido da confirmação de questões dessa ordem.

O privilégio do conhecimento da realidade do aluno pelo próprio aluno se caracteriza como o oásis no deserto, isto é, como a fonte de água em uma área árida e, no sentido educacional, como fonte de aprendizado em meio a escolas com infraestrutura e equipamentos precários, inoportunos para o prazer pelo aprender.

 Ramos e Portella (2016, p. 35) firmam: “[...] um dos objetivos primordiais da educação ambiental é a efetiva participação do indivíduo e da coletividade na preservação do equilíbrio do meio ambiente”. No entanto, para que isso ocorra dois entendimentos de imperativo maior devem ser discutidos. São eles: “corresponsabilidade” e “sensibilização” para que a participação do indivíduo e da sua coletividade para proteção do equilíbrio do meio ambiente seja exitosa.

Nesse sentido, conclui-se que a EA não é uma ferramenta somente para o entender passivamente dos problemas ambientais ou para gerenciá-los. Antes disso é um processo que leva a mudanças de valores, sendo assim imprescindível à compreensão dos problemas ambientais nas suas várias relações de causas, agentes e consequências e som isso o estabelecimento de relações entre economia, política, tecnologia e sociedade, conduzindo a mudanças de hábitos e ações para proteção de habitats diversos. Para Lucie Sauvé:

A educação ambiental não é, portanto, uma “forma” de educação (uma “educação para...”) entre inúmeras outras; não é simplesmente uma “ferramenta” para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da relação com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada (SAUVÉ, 2005, p.317).

Avançando neste caminho, através do entendimento das múltiplas interações errôneas, bem como da sensibilização diante do acomodado pelo intelecto, a realidade pode ser transformada, mesmo que em longo prazo e o papel da educação é relevante nessa conjuntura. A Educação Ambiental tem o poder em transformar as práticas humanas. É o conhecimento que promove a compreensão e com ela a decisão de como agir com base na valorização das funções dos diferentes elementos do meio – dos serviços ecossistêmicos que prestam.

Para tanto, em uma época centrada na informação muita das vezes incorreta propositalmente, o papel do conhecimento é crucial para o desenho de um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento com sustentabilidade, sem comprometer as futuras gerações, e essa ideia de proteção advém do entendimento do discente da sua corresponsabilidade pela qualidade ambiental. Jacobi (2003) entende que a Educação tem que ser voltada para cidadania, tendo como desafio ser crítica e inovadora, nas suas duas formas: formal e não formal. A educação tem que se apresentar como um ato político para a transformação social. O aluno apoiado e apoiando a mão segura do professor pode alcançar a supremacia da sensibilização de práticas corretas, cabendo ao professor atuar adequadamente em tais situações e dividir com os alunos os méritos de um aprendizado mais prazeroso e eficaz.

O incentivo à prática da corresponsabilidade é inegavelmente positiva e é uma premissa para um Planeta Sustentável, como propõe a Agenda 2030 através dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Portanto, a formação inicial bem consolidada de professores e a sensibilização dos mesmos para o comprometimento de uma educação mais justa, inclusiva, solidária e emancipatória é o prelúdio para ação professoral, aquela que cada vez mais deve se aprimorar através da formação continuada. Quanto a Educação Ambiental, concorda-se que:

Ela tem que dar conta da transformação necessária à transição para uma sociedade mais sustentável, em que prevalecerão padrões de produção e consumo adequados, sem miséria, guerras e discriminações, com homens e mulheres juntos na construção dessa utopia possível, mais a universalização da produção e do acesso à informação, a aproximação sinérgica dos saberes acadêmicos e tradicionais, a recuperação da degradação provocada pelas atividades humanas e a saúde ampliada para todos (inclusive, e principalmente, a mental) (BRASIL, 2009, p.10).

Ao que tudo parece indicar, a Educação Ambiental tem a possibilidade de romper as fronteiras que impedem o desenvolvimento que contemple uma consciência harmônica, solidária e inteligente do meio no qual a espécie humana reside e nele, geralmente, é intensamente transformadora no sentido de romper com o equilíbrio ecológico. Dito de outra forma, as fronteiras que impedem uma formação cidadã do sujeito aprendiz, na sociedade atual, em muitos casos, é uma fronteira porosa que permite a passagem de diálogos, reflexões e ações futuras para padrões de consumo e produção mais sustentáveis.

**Considerações finais**

As novas formas de agir e de se comportar, por meio do distanciamento social presencial, desencadeou novas formas de perceber e se relacionar com o meio ambiente e com as pessoas que dele fazem parte. O entendimento de que ele não existe somente para servir à espécie humana ganhou novos contornos. O que seria tão almejado pelas entidades ambientalistas competentes, formadas por cientistas e demais cidadãos e cidadãs críticos e reflexivos, ganhou paulatinamente êxito e mostrou sinais de recuperação frente a dominância do crescimento econômico. Nesse sentido, a formação de professores tem muito a contribuir para a inserção de novas formas de ensinar e aprender aliadas a noções epistemológicas e didáticas nesse momento pandêmico e em um futuro pós-pandêmico. Que esse referido momento, incerto, de olhares atentos às mudanças características que lhe são associadas, não sirva como barreira que impeça mudanças do tido como “normal”, danosos à proteção aos diferentes habitats naturais e neles as necessárias teias alimentares. Não obstante, que seja o sustentáculo da união de saberes acadêmicos e tradicionais, de empresas e projetos sustentáveis e, ainda mais, que motive professores e professoras a desenvolverem junto com seus alunos e alunas pesquisa que demonstrem que é possível a construção de uma era planetária sustentável, ecologicamente conduzida de acordo com as possibilidades e limites locais, sem se perder a relação com o global.

**Referências**

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Ministério da Educação. **I Conferência Nacional de Educação Ambiental.** **Declaração de Brasília para a educação Ambiental.** Brasília–DF: MMA/MED, 1998. Disponível em: <https://[www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/)dif\_matizes.pdf> Acesso em: 26 de Junho de 2016.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*.* **Revista Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/ n118/ 16834.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

RAMOS, V. D. e. A; PORTELLA, M. O. Educação Ambiental Efetiva: A Relação do Homem com a Natureza e a Necessária Mudança de Atitudes e de Valores Éticos e Morais*.* **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas** v. 17 n. 110, jan./jun. 2016. Disponível em: <[https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosde pesquisa/article/ viewFile/ 1984-8951. 2016v17n 110p27/pdf](https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosde%20pesquisa/article/%20viewFile/%201984-8951.%202016v17n%20110p27/pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2020.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: Possibilidades e Limitações*.* Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://[www.foar](http://www.foar).unesp. br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.